p.19.
BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394. Brasília: Senado Federal, 1996.
CIASCA, S. M. Distúrbios de Aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. Campinas: Casa do Psicólogo, 2003.
CRISTIANO, Fabiana Mendes Cardoso. A importância da afetividade no processo de ensino aprendizagem na educação infantil, Uberlândia-MG, 2006.
DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. Pertópolis: Vozes, 2005.
DOCKRELL, J.; MCSHANE, J. Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva. Trad. Negrera, A. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
DSM-IV - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1995.
FERNANDEZ, A. A inteligência aprisionada: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: ArtMed, 2008
FONSECA, V. Introdução ás dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo – Paz e Terra, 1996
GALVÃO, IZABEL. Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil- 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Educação e Conhecimento). 134p GARCIA, J.N. Manual das dificuldades de aprendizagem – Linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
GUERRA, L.B. A criança com dificuldades de aprendizagem. Rio de Janeiro: Enelivros, 2002.
LA TAILLE, Yves de: Oliveira, Marta Col de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
JOSÉ, E. A. e COELHO, M. T. Problemas de aprendizagem. São Paulo: Editora Ática, 2002.
MUÑOZ, J.; FRESNEDA, M.D.; MENDOZA, E.; CARBALLO, G.; PESTUN, M.S.V.
Descrição, avaliação e tratamento dos transtornos de aprendizagem. In: Orgs. CABALLO, V.; SIMON, M.A. Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente. Transtornos específicos. Livraria Santos Editora, 2005.
NASCIMENTO, Regina Caetano, Alfabetização Construtivista – dificuldade de aprendizagem: um estudo de caso, São Paulo: 2011.
PEREIRA, A. C. S.; AMBRÓZIO, C. R.; SANTOS, C. N. BORSATO, F.; FIGUEIRA,
F. F.; RIECHI, T. I. J. Família e dificuldades de aprendizagem: uma reflexão sobre a relação pais e filhos Universidade Federal do Paraná.
PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? Trad. Ivete Braga. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.
ROMAN, E.D. e STEYER, V. E. A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil:
Um retrato multifacetado. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.
SAMPAIO, A. C. P.; DE SOUZA, S. R.; COSTA, C. E. Treinamento de mães no auxílio à execução da tarefa de casa. In: Orgs. Brandão, M.Z.S.; Conte, F.S.; Brandão, F.S. Ingberman, Y.K.; Silva, V.L.M.; Olliani, S.M. Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento, Vol
14. Santo André: Esetec Editores Associados, 2004.

A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL PARA ALUNOS COM DEFICIENCIA INTELECTUAL DENTRO DO ENSINO INFANTIL

VIVIANA DE AQUINO SOUZA

RESUMO

A inclusão social atualmente tem grande importância dentro da educação infantil devido ao fato que a socialização se relaciona diretamente com o desenvolvimento e capacidade de aprendizado do aluno. O presente artigo buscou discutir a formação social da criança com deficiência intelectual na inserção da escola atual de ensino, buscando garantir uma educação de qualidade e igualdade para todos. Foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de pesquisas de documentos e artigos científicos dentro das plataformas de pesquisa Scholar Google e Scielo. Com isso, foi possível concluir que a inclusão deve ser trabalhada dentro das escolas de forma com que cada aluno possa se desenvolver e ser socializado da melhor forma e, para isso, é necessária uma maior base dentro da formação de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; Inclusão social; Deficiência intelectual.

1 INTRODUÇÃO

A deficiência é uma condição que provém de uma limitação que pode comprometer o desempenho e/ou a realização de algumas atividades cotidianas. Neste contexto, a deficiência intelectual é uma deficiência que sugere um desenvolvimento incompleto do intelecto, que resulta em um comprometimento de funções cognitivas. Antigamente, era comum que pessoas com alguma deficiência fossem tratados como “anormais” e por isso fossem excluídos da sociedade, com a educação não foi diferente. Por muitos anos, estas pessoas eram desprovidas de direitos e tratadas com negligência até mesmo dentro das escolas, onde acabavam sendo segregados dentro da educação especial.

A educação especial foi se desenvolvendo ao longo dos anos, até que leis foram sendo criadas para amparar as pessoas com deficiência, modificando aos poucos o panorama. Atualmente, a legislação brasileira garante que as crianças tenham direitos básicos em relação a educação, sendo um deles a migração destes alunos da educação especial ao sistema regular de ensino. Com isso, se deu a importância de que fossem criados programas que visam a inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar, fazendo com que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, cada um com suas peculiaridades.

A inclusão de crianças com deficiência intelectual na educação regular apresenta muitos benefícios em relação a sociabilidade, o que influencia diretamente em sua capacidade de aprender e se desenvolver como indivíduo. Por isso, deve-se atentar em relação a diferença entre “incluir” e “integrar”. Além disso, os profissionais da educação têm como obstáculo o fato de não arriscar conduzir uma relação diferente com o aluno com deficiência em relação aos outros alunos, já que todos devem ser tratados de forma igualitária, mas ao mesmo tempo os mesmos devem se atentar em atender às diferentes necessidades que cada um apresenta para que seja possível manter o aprendizado condizente com os demais alunos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A deficiência intelectual: Definição e suas características

A deficiência pode ser descrita como uma condição que resulta de uma limitação ou impedimento que compromete o desempenho e/ou a realização de algumas atividades. Em outras palavras ela é definida como a falta ou déficit de uma habilidade. No caso, a deficiência intelectual é um tipo de deficiência que contêm características e diferenças específicas em comparação aos outros tipos de deficiência. O que caracteriza a deficiência intelectual é uma limitação cognitiva, geralmente com um QI (quociente de inteligência) menor, gerando prejuízos em relação à capacidade emocional, social e prática.

De acordo com Malloy-Diniz et al (2010),

> A deficiência intelectual corresponde a um desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizada, essencialmente, por um comprometimento das faculdades que determinam o nível global de inteligência, ou seja, das funções cognitivas. As funções cognitivas correspondem à capacidade de aprender e compreender, sendo funções superiores que se estabelecem a partir do sistema nervoso central. Elas englobam as capacidades de linguagem, aquisição da informação, percepção, memória, raciocínio, pensamento etc., as quais permitem a realização de tarefas como leitura, escrita, cálculos, conceptualização, sequência de movimentos, dentre outras.

O termo utilizado hoje em dia, deficiência intelectual, foi sendo modificado ao longo do tempo de acordo com o que era aceito socialmente na época em questão. Em meados do século 18 foi criado o termo “idiotismo”, seguidos por “imbecilidade” ou “idiotia”. Com o passar do tempo, os profissionais da saúde passaram a utilizar os termos “doença mental” ou “deficiência mental”. Por fim, veio a expressão “deficiência intelectual”. Há pouco tempo ainda se referiam as pessoas como “pessoas portadoras de deficiência intelectual”, mas hoje em dia é mais usado “pessoas com deficiência intelectual”.

As pessoas com deficiência intelectual não possuem um padrão, sendo assim, cada uma apresenta características distintas e específicas, como por exemplo a diferença entre idade cronológica e mental, dificuldade em realizar atividades cotidianas, dificuldade em adaptar-se a situações novas, problemas com interações interpessoais, problemas com conflitos e frustações, baixa capacidade de raciocínio lógico, dificuldade de aprendizado e memorização, baixa capacidade de comunicação e controle emocional, entre outras. Além disso, também não apresentam traços físicos comuns ou algo que a possam identificar entre si.

De acordo com Vasconcelos (2004), a deficiência intelectual é dividida em diferentes categorias relacionadas ao QI (Quociente de Inteligência) de cada indivíduo. As características são: retardo mental leve, onde o Qi se encontra entre 50- 69; o retardo mental moderado, com Qi entre 35-49; retardo mental grave, sendo o Qi um valor entre 20-40; e o retardo mental profundo, onde o indivíduo apresenta Qi abaixo de 20. As características são extremamente distintas e variáveis entre cada indivíduo, dependendo do grau de cada um, desta forma

não se pode afirmar com exatidão as atividades que pessoas com deficiência podem ou não realizar. Dependendo o grau considerado, é possível que a pessoa consiga levar uma vida normal com a ajuda de estímulos, podendo inclusive trabalhar e constituir família. Segundo Verdélio (2017), vem crescendo a incidência de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho formal. De 25.332 trabalhadores em 2013 passou para 32.144 em 2015, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

São diversos os motivos pelos quais a deficiência intelectual pode se desenvolver, sendo eles principalmente fatores genéticos ou complicações no período de gestação ou no parto.

2.2 A educação inclusiva e seus desafios

A exclusão social existe desde os primórdios da humanidade. De acordo com informações geográficas e climáticas da época, assim como junto ao desenvolvimento do cérebro do homem pré-histórico, é possível presumir que crianças que nasciam com alguma deformidade, sejam elas físicas ou mentais, eram deixadas para morrer pelo bem da procriação da espécie. Ao passar dos anos, a população foi obtendo conhecimento suficiente para que práticas exclusivas fossem deixadas cada vez mais no passado.

No Brasil, em meados do século 19, surgiu o Instituto dos Meninos Cegos o Instituto dos Surdos-Mudos. A partir disso, o Brasil começa a se tornar parte mais importante dentro da história da educação especial, apesar da falta de informações e instruções, que acabava fazendo com que muitas crianças fossem diagnosticadas erroneamente por se comportarem “fora dos padrões”. No século 20 foram surgindo diversos cursos de especialização com foco na atuação com pessoas com deficiência intelectual, principalmente voltados ao ensino médio, e em cima disso foram criados estabelecimentos voltados à área. Com o tempo, os primeiros cursos voltados ao ensino superior foram surgindo. Mesmo com toda essa modernização quanto a inclusão, poucos alunos com deficiência eram matriculados na época em questão.

A escola filantrópica ou a classe especial eram, na época, alternativas para o ensino de crianças com deficiência em escolas públicas. Porém, estas acabavam por causar segregação, pois havia a limitação de tratamento dos alunos, que eram vistos como incapazes e acabavam sendo isolados dos outros alunos. Neste caso, o foco principal acabava se desviando do ensino em si e acabava sendo focado nas limitações dos diagnósticos dos alunos. Por fim, estas práticas de ensino acabavam oferecendo uma educação de baixa qualidade e, por consequência, os alunos se tornava mais excluídos pela sociedade.

A mudança veio por meio da Constituição Federal de 1988, que trouxe maiores diretrizes sobre a educação inclusiva. Nela, está prevista o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, fazendo com que pessoas com deficiência tenham um tratamento menos “assistencialista” e mais educacional em si. A partir disso, a prioridade era que fosse ofertado o ensino especializado para alunos com deficiência dentro da rede regular de ensino, se possível. De acordo com a CF 88, a educação e o ensino especializado devem ser acessíveis a todos os alunos e em todos os níveis escolares, desde a pré-escola até o ensino superior, preferencialmente na rede regular de ensino. O motivo é que o ambiente escolar regular é um ambiente mais propicio para que os alunos com e sem deficiência se relacionem de forma a fazer com que a interação favoreça o desenvolvimento cognitivo, social e motor de todos os alunos no geral.

Em 1994 aconteceu, na Espanha, a Conferência Mundial sobre as necessidades especiais, conhecida como a Conferência de Salamanca. Nesta ocasião, muitos países e organizações se comprometeram a agir em prol da inclusão de alunos com deficiência dentro do ensino regular. Depois desta data o processo da inclusão escolar avançou de forma rápida, através da divulgação de diversas diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais. Em 1999 ocorreu também a Convenção de Guatemala, que teve como objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, além de propiciar a sua plena integração à sociedade.

Nos últimos anos houve grande avanço em relação ao número de matrículas de alunos com deficiência matriculados em escolas do ensino regular no Brasil. No que diz os dados do INEP, de acordo com Tokarnia (2019):

Nos últimos cinco anos, de 2014 a 2018, o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todo o país, segundo dados do Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No mesmo período, também aumentou de 87,1% para 92,1% o percentual daqueles que estão incluídos em classes comuns. Em 2014, eram 886.815 os alunos com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas brasileiras. Esse número tem aumentado ano a ano. Em 2018, chegou a cerca de 1,2 milhão. Entre 2017 e 2018, houve aumento de aproximadamente 10,8% nas matrículas.

A educação inclusiva teve como objetivo garantir que todos os alunos pudessem ter acesso à educação regular, assumido uma responsabilidade para que isso acontecesse na realidade. No caso de crianças com deficiência intelectual, é necessária uma atenção especial para que as características individuais destes alunos não impeçam o desenvolvimento escolar e o alcance dos conhecimentos propostos pelo currículo escolar. A adequação dos alunos com deficiência intelectual ao ambiente escolar pode ser comprometida caso não sejam realizadas ações relativas a inclusão social dos mesmos, o que pode afetar diretamente a ampla aprendizagem. Devido a isso, são necessárias estratégias especializadas para auxiliar estes alunos em sua adaptação, já que o método de ensino-aprendizagem tradicional das escolas pode não ser suficiente nestes casos.

O sistema escolar como um todo possui a capacidade de trabalhar individualmente as urgências de cada aluno fazendo com que os mesmos possam superar ou amenizar dificuldades. Por mais que se possa promover um maior progresso destes alunos, não é possível que se reverta o diagnóstico. O objetivo da educação inclusiva é, além de possibilitar a socialização e superação, promover novos saberes a partir de conhecimentos já adquiridos anteriormente, gerando um maior progresso. A importância da inserção e interação das crianças com deficiência em ambiente escolar pode ser mostrada através da promoção de novas formas de pensar, agir e atuar no que diz respeito ao meio em que estão inseridas.

O ensino especial é de extrema importância para a sociedade, por isso, sabemos que o ambiente escolar tem a obrigação de ser um local adaptado de acordo com as diferentes necessidades dos alunos com deficiência, oferecendo materiais adaptados como computadores com softwares facilitadores de comunicação, lupas, móveis adaptados, impressora a laser e braile, calculadora sonora, máquina de datilografia, entre outros.

A educação é um direito fundamental de toda a criança, por isso, todos devem ter a oportunidade de aprender igualmente em todas as fases da vida. Seria ideal que o sistema educacional estivesse realmente preparado para que toda e qualquer diversidade fosse levada em consideração em planejamentos educacionais, fazendo com que todas as necessidades sejam supridas. Alunos com deficiência tem direito a frequentar escolas regulares que os trate com respeito e igualdade, e além disso, os mesmos devem ser incluídos dentro de uma aprendizagem que satisfaça todas as suas necessidades.

Para os alunos com dificuldade intelectual, uma das principais características se encontra na forma de aprendizagem desses alunos. De que forma podemos garantir o aprendizado deles enquanto no ambiente escolar? Sabendo que uma das suas principais características é a dificuldade de entender conceitos abstratos, indica- se que os educadores apresentem exemplos concretos dentro das disciplinas e atividades, fazendo com que as crianças consigam relacionar o conteúdo com a sua realidade dentro da rotina.

O Brasil é um país que possuí uma grave escassez de professores especializados na educação especial, uma vez que os temas específicos existam apenas em cursos de pós-graduação. Cursos de graduação para professores estudam sobre condições específicas, o que acaba focando mais na educação especial e menos em inclusão dentro do ensino comum, o que mostra que os cursos não possuem base atualizada de acordo com o cotidiano escolar. Faltam informações quanto ao papel dos gestores e da família na inclusão destas crianças, além do serviço de apoio oferecido pela instituição escolar.

O principal desafio da escola inclusiva é de adaptar-se ao aluno deficiente, e não o inverso. A relação do aluno considerado “normal” com os alunos com deficiência e o papel do professor frente as diversidades, nesse conceito sobre a inclusão educacional, segundo Fación (2008):

Crianças são colocadas nas salas de aula do ensino regular sem que se saiba o que fazer com elas; no entanto, diante do apelo de tolerância, contido nos discursos que pregam o politicamente correto, essas crianças lá permanecem, embora, muitas vezes, o silêncio e a indiferença venham retratando a incapacidade da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade em geral em lidar com a chamada educação inclusiva.

No ensino inclusivo não se deve utilizar técnicas de ensino especiais para alunos com deficiência, pois esta prática pode gerar uma maior exclusão dos alunos em sala de aula. O que deve ser feito é respeitar os limites de cada aluno, que aprenderão cada um em seu tempo, caso o ensino seja de qualidade. Um novo aprendizado parte do princípio de que a criança já sabe algo, por isso o conhecimento evolui aos poucos, por partes. Para que a turma toda aprenda sem que ocorra exclusão deve-se respeitar o tempo de cada aluno, para que o talento de cada um possa ser explorado da melhor forma possível. Ou seja, segundo Mantoan (2003), “ensinar atendendo às diferenças dos alunos sem diferenciar o ensino para cada um foge do ensino transmissivo e da adoção de uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora”.

2.3 A inclusão social dentro da escola e sua importância para o aprendizado

O ser humano é considerado um ser interativo, sendo assim, todo indivíduo tende a adquirir seus co-

nhecimentos a partir de relações interpessoais de troca com o meio. Além disso, aquilo que aparece individual na pessoa vem da construção da sua relação com o outro. As experiências e aprendizagens desenvolvidas em um determinado grupo cultural influenciam o desenvolvimento pessoal de cada um. Segundo Mantoan (2003)

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.

A educação inclusiva é o meio mais eficaz para evitar a discriminação e exclusão dos alunos, fazendo com que a escola seja um ambiente acolhedor e contribuindo para uma sociedade mais acolhedora e justa, com educação para todos sem distinção.

Nos últimos anos podemos observar o crescente movimento de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Com isso, é preciso desenvolver no ambiente escolar novos pontos de vistas para que não se rejeite a exclusão dos ditos “diferentes”, promovendo um local acolhedor, com diferentes aprendizados, desenvolvimento, interação e livre de qualquer discriminação. Por isso são necessárias mudanças, na teoria e na prática, de atitudes e estratégias de organização, para que a inclusão do aluno com deficiência na escola regular se torne cada vez mais uma realidade nas escolas.

A inclusão não ocorre no momento em que é realizada a matrícula do aluno, pois depende de diversos fatores para que tudo funcione de forma correta. Isso depende de que forma os alunos serão abordados dentro de um sistema educativo que não os separarão como “regular” ou “especial”, de forma que todos eles sejam capacitados a aprender de acordo com suas individualidades e identidade. Para isso é necessário mais do que o esforço e boa vontade dos professores e demais funcionários de uma escola, é preciso também que políticas públicas sejam apontadas a estes novos rumos dentro da educação, além de mais conscientização da família os demais alunos, para que o assunto seja também discutido em casa, facilitando para que a educação oferecida nas escolas seja mais humanizada possível

Para Padilha e Oliveira (2013), a inclusão social age como a prerrogativa de todos os agentes da sociedade, que pode e deve ser analisada através de diferentes pontos de vista. Ainda para os mesmos, a escola como um todo participa ativamente da constituição de uma sociedade inclusiva e que valoriza a premissa de igualdade, tanto nas interações sociais como no acesso à cultura e ao conhecimento científico, criando pessoas com uma maior autonomia e individualidade. O papel da escola é extremamente relevante, já que é nela que os alunos criam seus primeiros vínculos fora do ambiente familiar.

A interação dentro do ambiente escolar está diretamente ligada a formação da personalidade da criança. Um dos fatores que influenciam na interação entre diferentes grupos é o convívio com pessoas de diferentes culturas e realidades, que faz com que o indivíduo acabe categorizando os grupos de acordo com a sua vivência social. Crianças com deficiência intelectual possuem maior dificuldade em relação a socialização, devido ao possível comprometimento de comunicação e linguagem.

Na concepção da educação inclusiva de Stainback & Stainback (1999), as interações contribuem para o envolvimento da criança com os grupos sociais, estabelecendo relações sociais para que se tenha a percepção de pertencimento e identificação ao grupo. Para Gimenez (2015), um fator importante ao processo de inclusão é o acolhimento da criança com deficiência em um grupo de amigos. Segundo o autor, o contexto escolar pode representar um fator facilitador para a aproximação entre elas.

A socialização pode ser descrita como um progresso da constituição da identidade de um indivíduo, relacionado com a personalidade e identidade individual. Uma vez socializada, a pessoa interfere diretamente na socialização de outros, gerando uma interação entre os mesmos. Esse é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos, sendo que o primeiro contato se dá no convívio familiar. Podemos dividir a socialização em dois tipos, sendo elas socialização primaria e secundaria. Na primária, o aluno desenvolve a interiorização da linguagem, além de regras para convivência e comportamento em sociedade, moral e o pertencimento a um grupo. Por outro lado, na socialização secundária é a etapa onde a criança, já socializada, é incorporada em novos setores da sociedade. Podemos destacar ainda uma terceira fase da socialização, desenvolve-se na progressão da fase da adolescência para a fase adulta, na qual se desenvolve o olhar crítico dos alunos.

Segundo Vygotsky (1989, p. 4), “todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade”. Então, podemos dizer que o desenvolvimento da criança se dá de forma estruturada, a partir das atividades sociais, hábitos e valores culturais que o indivíduo interage e vivencia durante a

vida.
Pesquisas recentes retratam a imensa gama de benefícios em matricular crianças deficientes em classes regulares, ao invés de optarem por deixar em uma escola especial. Alunos com deficiência que frequentam o ensino regular apresentam maior autonomia, melhor comunicação e relacionamento com os outros, interferindo para uma melhor aprendizagem.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho foi possível considerar, em primeiro lugar, que há no Brasil um déficit de informações e base dentro da formação para professores em relação a educação especial. Além disso, deve-se atentar também a necessidade de melhorar a infraestrutura de escolas regulares a ponto de atender as necessidades de alunos com deficiência, assim como também a adaptação do currículo escolar e de métodos de avaliação, que devem atender a todos sem descrição. Em resumo, é necessário que a legislação realmente seja aplicada nestas situações para que o sistema de ensino se torne realmente efetivo nestes casos. É dever dos educadores trabalhar para atingir a inclusão social em todas as esferas, além do compromisso de fazer com que a educação seja uma atividade humanizada e com o objetivo de formar alunos sociais.

REFERÊNCIAS

FÁCION, J. R.. Inclusão escolar e suas implicações. 2 ed. rev. e atual – Curitiba: IBPEX, 2008.
GIMENEZ, R. A inclusão de crianças com dificuldades motoras nas aulas de educação física: o que fazer com o último a ser escolhido no time? In: GIMENEZ, Roberto& FREITAS, Alessandro. Educação física inclusiva na Educação Básica: reflexões, propostas e ações. Curitiba: CRV, 2015.
MALLOY-DINIZ, L. F. et al. Avaliação neuropsicológica. Porto Alegre: Artmed, 2010.
MANTOAN, M. T. Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?
São Paulo: Moderna, 2003.
TOKARNIA, M. Cresce o número de estudantes com necessidades especiais. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de- estudantes-com-necessidades-especiais. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.
PADILHA, A. L.; OLIVEIRA, I. M. Educação para todos: as muitas fases da inclusão escolar. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.
STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
VERDÉLIO, A. Apenas 1% dos brasileiros com deficiência está no mercado de trabalho. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos- humanos/noticia/2017-08/apenas-1-dos-brasileiros-com-deficiencia-esta-no- mercado-de>. Acesso em 11 de janeiro de 2021.
VASCONCELOS, M. M.. Retardo mental. Jornal de Pediatria, v.80, n2, 2004.
VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989